Com relação às despesas elencadas pela agravada na inicial da ação de origem, não vislumbro, neste momento processual, que tenha sido exagerada, vez que nas despesas indicadas pelo agravante não foram incluídos gastos com energia elétrica, internet e locomoção, as quais também devem ser consideradas para fins arbitramento de alimentos, ainda que provisórios.

No que se refere à possibilidade da genitora em contribuir com o sustento dos filhos, à primeira vista, o agravante não logrou êxito em demonstrar ser verossímil tal afirmação, pois inexistente, até então, indícios de que ela exerça atividade remunerada, o que é corroborado pela juntada da declaração da Faculdade Anhanguera informando que ela cursa enfermagem no período matutino.

Ora, em sede de cognição sumária, entendo ser primordial prevalecer os interesses dos menores (um com onze e outro com oito anos de idade), pois suas necessidades são presumíveis e, além disso, há necessidade de maior apuração quanto à real capacidade do genitor, sendo prudente, neste momento processual, a manutenção da verba fixada pelo juízo singular que se encontra compatível com as necessidades básicas dos infantes.

Frise-se que nada impede que a matéria venha a ser novamente apreciada, em especial quando houver nos autos elementos mais seguros de convicção.

Assim, em análise perfunctória das alegações, não encontro evidências capazes de me convencer da probabilidade do direito invocado, razão pela qual a medida pleiteada deve ser indeferida.

4. Dispositivo.

Ante tais considerações e não preenchidos os requisitos previstos no art. 300 do CPC, **indefiro** o pedido de tutela antecipada recursal postulado pelo agravante.

Intimem-se os agravados para, querendo, no prazo legal, responder aos termos do recurso, nos termos do inciso II do art. 1.019 do CPC.

À Procuradoria do Ministério Público consoante determina o art. 178, II, CPC

Após, conclusos para julgamento.

Belém, 17 de março de 2021.

Des. RICARDO FERREIRA NUNES

Relator

PODER JUDICIÁRIO

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA EM VIDEOCONFERÊNCIA, DO

ANO DE 2021, DA 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO:

Faço público a quem interessar possa que, para a 9ª Sessão Ordinária do ano de 2021, da Egrégia 1ª Turma de Direito Público, a se realizar no dia 29 de março de 2021, às 09h30, EM VIDEOCONFERÊNCIA, conforme Portaria Conjunta nº 1/2020 ç GP-VP-CGJ, de 29/04/2020, que regulamenta os procedimentos a serem adotados em Videoconferência, no contexto da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), foi pautado, pelo Exmo. Sr. Des. Presidente da Turma, o julgamento dos seguintes feitos:

PROCESSOS ELETRÔNICOS ç PJE**Ordem 001****Processo 0800169-26.2019.8.14.0000****Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO****Assunto Principal Dano ao Erário****Relator(a)** Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN**POLO ATIVO****AGRAVANTE** MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ**ADVOGADO** FRANCISCO GERALDO MATOS SANTOS - (OAB PA23276)**PROCURADORIA** MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ**AGRAVANTE** EVANDRO BARROS WATANABE**ADVOGADO** PAULO BOSCO MILEO GOMES VILAR - (OAB PA9348-A)**ADVOGADO** SAVIO LEONARDO DE MELO RODRIGUES - (OAB PA12985)**POLO PASSIVO****AGRAVADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**OUTROS INTERESSADOS****AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**PROCURADOR** MARIO NONATO FALANGOLA**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**Ordem 002****Processo 0809101-37.2018.8.14.0000**

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Dano ao Erário

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE ANTONIO MOTA DE OLIVEIRA JUNIOR

ADVOGADO ANTONIO MOTA DE OLIVEIRA JUNIOR - (OAB PA20814-A)

ADVOGADO ALCYONE SENA RIBEIRO DE OLIVEIRA - (OAB PA10338)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 003

Processo 0809278-98.2018.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Curso de Formação

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARA

PROCURADOR EDSON DOS SANTOS MATOSO

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO JOSE CONCEICAO DE ARAUJO

ADVOGADO RAPHAELL LEMES BRAZ - (OAB PA24451-A)

ADVOGADO HELBERT LUCAS RUIZ DOS SANTOS - (OAB SP320439-A)

ADVOGADO ARNALDO RAMOS DE BARROS JUNIOR - (OAB PA017199)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 004

Processo 0802373-13.2019.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Liberação de mercadorias

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE JOSE PEREIRA DANTAS

ADVOGADO SYLVIA CHRISTIANE MEIRA DE MOURA - (OAB GO33089-A)

APELANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELADO GUSTAVO ARANTES BONZOLA

APELADO LUCIETE LAGO SOUZA

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 005

Processo 0832962-85.2019.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Liminar

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE MOISES DO SOCORRO RODRIGUES COSTA

ADVOGADO CARMEN MANUELA LOPES GONCALVES - (OAB PA27573-A)

POLO PASSIVO

APELADO DETRAN - PA

PROCURADORIA PROCURADORIA JURÍDICA DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

APELADO FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

APELADO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PROCURADORIA JURÍDICA DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 006

Processo 0401643-72.2016.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO ASSOCIACAO DOS PROCURADORES AUTARQUICOS E FUNDACIONAIS DO ESTADO DO PARA - APAFEP

ADVOGADO MARCELO AUGUSTO TEIXEIRA DE BRITO NOBRE - (OAB PA11260-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 007

Processo 0801265-53.2019.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Homicídio Qualificado

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE P.G.M.F.

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO M.D.F.C.

TERCEIRO INTERESSADO D.S.V.

TERCEIRO INTERESSADO D.Y.K.W.D.A.

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 008

Processo 0027001-75.2014.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Acumulação de Cargos

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE MARILEA SEABRA MARINHO

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BMG SA

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

PODER JUDICIÁRIO

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA EM PLENÁRIO VIRTUAL, DO ANO DE 2021, DA 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO:

FAÇO PÚBLICO A QUEM INTERESSAR POSSA QUE, PARA A 9ª SESSÃO ORDINÁRIA EM PLENÁRIO VIRTUAL, DO ANO DE 2021, DA EGRÉGIA 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, A SE REALIZAR POR MEIO DA FERRAMENTA PLENÁRIO VIRTUAL, COM INÍCIO ÀS 14H00 DO DIA 29 DE MARÇO DE 2021 E TÉRMINO ÀS 14H00 DO DIA 05 DE ABRIL DE 2021, FOI PAUTADO O JULGAMENTO DOS SEGUINTE FEITOS:

PROCESSOS ELETRÔNICOS - PJE